

## **ATA DA XXV REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO DA ABAR**

PERÍODO: 12 e 13 de maio de 2016 – Vitória-ES

APOIO: ARSI - Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo

LOCAL: Auditório da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo - Av. Nossa Senhora da Penha, 1590 - Barro Vermelho - Vitória / ES

PARTICIPANTES: Lista de Presença Anexa

### **ABERTURA**

O Diretor Presidente da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo - ARSI, Antônio Júlio Castiglioni e o Presidente da Associação Brasileira das Agências Reguladoras - ABAR, Fábio Augusto Alho, deram boas vindas, discursaram sobre a importância da Câmara Técnica e agradeceram a presença de todos. Aproveitaram para registrar as presenças do Procurador Geral do Estado, Rodrigo Vieira Rabello e do Promotor de Justiça do Ministério Público, Marcelo Lemos Vieira. Na sequência deu-se início às apresentações.

### **ASSUNTOS TÉCNICOS**

#### **DIA 12/05**

A Coordenadora do Grupo Técnico (GT) sobre Crise Hídrica, Sra. Kátia Côco, fez um breve histórico das atividades do GT e convidou o Sr. Luiz Henrique Miguel Pavan (PGE-ES) e Sr. Albertoni Sant'Ana Pereira (IEMA-ES) para iniciar a apresentação sobre o acordo entre Samarco e Governos do ES, MG e União para reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos em Mariana-MG.

Foi apresentada toda a estrutura do acordo firmado entre o poder público e Samarco, destacando os mecanismos de acompanhamento, valores e forma de aplicação dos recursos.

Os palestrantes responderam as questões sobre a suficiência dos recursos financeiros apontados no acordo, esclarecendo que não é fácil precificar muito dos danos causados, e que o acordo evoluiu para recuperação sócio ambiental, independente do valor acordado. Os palestrantes informaram ainda que a cláusula de penalidade tem função pedagógica, tendo o seu valor revertido para as ações de recuperação ambiental.

Na sequência, a Sra. Kátia Côco convidou o Sr. Paulo Paim – Diretor Geral da AGERH-ES para iniciar a apresentação sobre as ações articuladas entre órgãos gestores de recursos hídricos e demais instituições para minimizar os efeitos da crise hídrica.

O Sr. Paim explanou sobre as competências das agências reguladoras de saneamento e a atuação das agências de recursos hídricos, elencando ações político-institucionais. Apresentou os instrumentos de gestão de recursos hídricos destacando a importância do planejamento e planos complementares à gestão, bem como a necessidade de esforços para que os planos sejam executados.

O palestrante apresentou a estrutura que foi montada no estado do Espírito Santo para atuar no enfrentamento da crise – institucionalizado através do Comitê Hídrico, com a elaboração de diversas resoluções/acordos que balizaram as ações dos órgãos envolvidos.

O Sr. Paim respondeu aos questionamentos sobre cobrança da água, informando que no ES a cobrança está seguindo as considerações da legislação, através dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Na sequência, o Sr. Luiz Antonio (ARSESP-SP) – coordenador do GT de Qualidade da água apresentou os resultados obtidos após as contribuições dos membros da CTSan, bem como os principais pontos do documento de referência sobre a atuação das agências reguladoras de saneamento na fiscalização da qualidade da água e convidou os Srs. Rodrigo Polizzi (ARSAE-MG) e José Francisco Mora (ARIS-SC) para apresentarem a proposta de simplificação do plano de amostragem para aferição da qualidade da água em localidades de diferentes portes populacionais.

Os palestrantes detalharam a ideia apresentada na reunião de São Paulo, exibindo os pontos específicos e critérios para adoção de planos de amostragem diferenciados, considerando as realidades e condições locais.

Esclareceram que a Portaria MS 2914/11 está em processo de revisão e que o grupo iria coordenar as sugestões a serem feitas ao Ministério da Saúde. Ficou acertado que a GT de Qualidade da água avaliará a proposta, bem como colher sugestões dos demais colegas da CTSan para avaliação da Diretoria da ABAR e posterior envio de proposta. Apesar desse trâmite, as agências podem apresentar sugestões individuais ao processo de revisão da portaria.

Na sequência, a Sra Kátia Côco convidou o Sr. Patrick Thomas – Agência Nacional de Águas (ANA) para fazer a apresentação “Articulação entre regulação do uso da água e a regulação dos serviços de saneamento”.

O Sr.Patrick apresentou o modelo de gestão por bacias hidrográficas e as condicionantes de outorgas para compatibilizar os usos com a disponibilidade hídrica. Informou que o foco atual é avançar na melhoria de tratamento de esgoto em função da disponibilidade de água, além da elaboração do “Atlas da Despoluição”.

Foram apresentados estudos de casos realizados pela ANA, comparando as condicionantes contidas nas outorgas emitidas com os indicadores de qualidade da prestação de serviço dos planos municipais de saneamento e contratos de programa de alguns municípios.

Por fim, Patrick propôs que a ABAR e ANA iniciem articulação para soma de esforços no avanço do saneamento.

Diversos membros da CTSan se manifestaram favoráveis a aproximação e articulação das agências reguladoras de saneamento e a ANA.

O painel de resíduos sólidos foi conduzido pelo Sr. Ciro Rocha (ARIS-SC), que convidou a Sra. Margareth Coelho (SEDURB-ES) para apresentação “Gestão regionalizada de resíduos sólidos e formação de consórcios públicos no contexto do programa Espírito Santo sem lixão”.

A palestrante apresentou o diagnóstico com a situação atual da destinação dos resíduos em cada regional do estado do Espírito Santo, destacando que os municípios que ainda possuem “lixões” formalizaram Termo de Compromisso Ambiental junto ao Ministério Público.

O próximo passo é iniciar a rediscussão no âmbito da política de saneamento ambiental, com as adequações necessárias ao projeto “Espírito Santo sem lixão”. Destacou a necessidade de articulação entre a política de resíduos com as demais políticas relacionadas.

A Sra. Sabrina (SEDURB-ES) complementou informando que o projeto foi desenvolvido anteriormente à Política de Resíduos, e que tinha como foco a disposição final, motivo pelo qual não contempla a coleta seletiva, por exemplo.

Na sequência o Sr. Cássio Cossenzo (ADASA-DF) – coordenador do GT de Tarifas – convidou o Sr. Marcelo Bispo (ARSESP) para apresentação sobre “Fiscalização comercial e critérios para definição de tarifa social”.

O Sr. Marcelo apresentou os procedimentos de fiscalização comercial adotados pela ARSESP, indicando os principais aspectos fiscalizados, conforme regulamento das condições gerais de prestação e utilização dos serviços de saneamento.

Em relação á tarifa social, foram apresentados os critérios adotados pela SABESP e que a agência reguladora ainda não regulamentou esse item.

O palestrante destacou que não é razoável que as concessionárias/prestadores de serviço definam os critérios para concessão de tarifa social, devendo as agências regulamentar e prever mecanismos na estrutura tarifária para suportar tal benefício.

Diversos membros da CTSan se manifestaram demonstrando a necessidade de rever as estruturas tarifárias e subsídios para aperfeiçoamento do benefício da tarifa social.

Na sequência da reunião, foi definida a data e local da próxima reunião da CTSan – Dias 18 e 19 de agosto na cidade de Belém-PA e a última reunião do ano de 2016 em Blumenau-SC, em data a ser definida.

#### **DIA 13/05**

O Sr. Montenegro (ADASA-DF) iniciou o GT de Drenagem Urbana com a apresentação sobre “Cobrança pelos serviços públicos de manejo e drenagem de águas pluviais: a prática nos EUA”. Foram apresentadas as principais características do *Clean Water Act* (1972). Dentre os vários aspectos apresentados, destacam –se: (i) Sistema nacional de eliminação de descargas (NPDES); (ii) Singapura exige um profissional para controle de sedimentos e erosão – tratamento de água antes de lançar, com fiscalização através de circuito fechado de TV; (iii) STORMWATER UTILITY – um prestador de serviço que tem mostrado crescimento do número de municípios atendidos devido às legislações mais rígidas.

Na sequência o Sr. Wladimir Ribeiro (MANESCO) iniciou a apresentação sobre “Remuneração pelo serviço público de manejo de águas pluviais urbanas”, apresentando os diversos aspectos a serem considerados na cobrança do serviço de águas pluviais, considerando as definições de propriedades fundiárias (prédios, terrenos etc).

Destacou que o sistema de drenagem deve ser projetado para receber a água de domínio público, sendo que as de domínio privado ficariam a cargo do privado. A forma de cobrança também foi destaca (taxa ou tarifa), com o debate sobre a existência ou não de prestação de serviço com segregação de etapas.

Vários membros da CTSan se manifestaram expondo a dificuldade na definição das etapas da prestação do serviço e a melhor forma de cobrança para garantir a sustentabilidade do setor.

Na sequência teve início o painel sobre Planos Municipais de Saneamento. O Sr. Márcio Gomes (ARCE) iniciou a apresentação sobre a metodologia adotada pela ARCE no acompanhamento dos planos municipais de saneamento. Apresentou um panorama do atendimento das metas dos PMSB, destacando que falta interlocução entre titulares e prestadores de serviços de saneamento básico, concluindo que os prestadores geralmente não utilizam os PMSB na gestão do saneamento.

A Sra. Ana Valéria (ARCON-PA) apresentou o cenário do estado do Pará e o diagnóstico da elaboração dos planos municipais de saneamento. Informou que em 2013 o Governo Estadual implantou o programa “PLANSANEAR” para prestar apoio aos municípios na elaboração dos PMSB.

O Sr. Ciro Rocha (ARIS-SC) iniciou a sua apresentação destacando que a ARIS está desenvolvendo ações para capacitar os municípios para revisão dos PMSB. Ciro apresentou ainda o plano de acompanhamento de metas implantado na ARIS-SC.

O Sr. Eduardo Cunha (AGR-GO) apresentou o estudo de caso de 4 municípios que apresentam PMSB estruturados de formas distintas, com níveis de detalhamento diferenciados e as dificuldades de acompanhamento e fiscalização por parte da agência reguladora.

Os palestrantes e alguns membros da CTSan expressaram a necessidade dos contratos de programa e de concessão estarem aderentes às metas e ações previstas nos PMSB, sendo de responsabilidade das agências reguladoras a fiscalização do cumprimento desses planos pelos prestadores de serviço.

Na sequência teve início o painel do GT de Assuntos Jurídicos, coordenado pelo Sr. Carlos Oliveira (ARES-PCJ), que informou aos presentes sobre a criação, no âmbito da ABAR, da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e Institucionais, tendo como primeiro tema

“Autonomia das Agências Reguladoras”. Sr. Carlos informou ainda que na próxima reunião da CTSan dará continuidade ao tema “Responsabilidade das Agências reguladoras na qualidade da prestação dos serviços”.

Na sequência a Sra. Odyléia Tassis (ARSI-ES) iniciou a apresentação sobre “Tarifa de disponibilidade da infraestrutura e instalações operacionais de esgotamento sanitário” em elaboração para o Estado do Espírito Santo. No mesmo painel o Sr. Eduardo Mesquita (AGERGS-RS) fez apresentação sobre “Tarifa de disponibilidade de rede de esgotamento sanitário quando da não ligação intradomiciliar do usuário”, em elaboração pela Agência do Rio Grande do Sul, informando que foi definida uma parcela variável na composição da tarifa de disponibilidade, progressiva de acordo com tempo, limitando-se a 18 meses de cobrança.

Na sequência o Sr. Lucas dos Santos (ARES-PCJ) iniciou apresentação sobre “Condições, procedimentos e metodologia de cálculo das tarifas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário dos municípios associados à ARES-PCJ”, destacando a publicação da Resolução nº 115, que define uma fórmula paramétrica para cálculo das tarifas. Lucas destacou que a primeira preocupação da ARES-PCJ foi de desenvolver um curso sobre custos e tarifas, capacitando os envolvidos para entender os custos operacionais da prestação de serviço de saneamento.

O Sr. Cássio iniciou a apresentação sobre a “2ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB”, indicando os principais aprimoramentos metodológicos comparados à revisão anterior. Cássio explanou sobre a definição do fator X com adoção de critério de qualidade, para que o prestador não aumente sua eficiência mediante a diminuição de qualidade do serviço. Foram apresentados os principais indicadores utilizados para aferir a eficiência e a qualidade da prestação dos serviços.

## **ENCERRAMENTO**

A Sr. Kátia Côco apresentou a avaliação positiva da reunião, que contou com a participação de 25 agências reguladoras do saneamento, 76 palestrantes e especialistas do setor regulatório de 15 diferentes estados, além de outros representantes, como Ministério Público, Órgãos Gestores de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Associação de Moradores, Consultores e Secretarias Estaduais de Saneamento.

O Senhor Fábio Augusto Alho da Costa (ARSAM/ABAR) encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.